

HABEAS CORPUS Nº 501.941 - SP (2019/0092691-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : EVANDRO BRIANEZ FORESTO
ADVOGADO : EVANDRO BRIANEZ FORESTO - SP286996
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SAMIR PEREIRA CARDOSO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de SAMIR PEREIRA CARDOSO DA SILVA - preso cautelarmente por suposta infração aos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2031392-60.2019.8.26.0000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 87):

HABEAS CORPUS. Tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Pedido de revogação da prisão preventiva. Paciente reincidente pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. Cometimento do delito quando em gozo de liberdade provisória concedida em autos no qual se apura a prática do crime de furto. Circunstâncias que até o momento impõem a manutenção da prisão preventiva. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa, alega, em síntese, ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e de motivos autorizadores, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, estando o decreto prisional fundado apenas na gravidade abstrata do delito.

Aduz que o paciente não possui qualquer relação com a droga apreendida.

Ressalta que "o paciente possui uma passagem há mais de seis anos, o que, segundo o ordenamento pátrio, não pode ser considerada como apta a ensejar a reincidência" (e-STJ fl. 5).

Sustenta ser a prisão do paciente teratológica, desproporcional

e carecedora de razoabilidade.

Diante disso, pede em liminar e no mérito, a liberdade provisória do paciente, ou aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, em princípio, ao decidir manter a prisão cautelar do paciente, o Tribunal de origem, considerou relevante resguardar a ordem pública, em virtude da gravidade da conduta, sobretudo a quantidade e a variedade de drogas apreendidas, bem como o risco de reiteração delitiva. Confira-se (e-STJ fls. 89/91 grifei):

(...)“Da análise dos autos, depreende-se que policiais militares receberam informações anônimas no sentido de que o paciente e os sobreditos corréus estavam comercializando drogas, cada um em seu respectivo ponto de venda, e aquele havia alugado uma residência em frente à sua, sendo certo que a chave de tal imóvel ficava em um molho de chaves da residência onde ele possui domicílio. No mais, as informações apócrifas indicavam que Thaiz e Rafael alugaram um imóvel e ela permanecia vigiando o local enquanto ele e mais um indivíduo, conhecido como "Campinas", faziam a preparação dos entorpecentes.

Assim, os agentes públicos se dirigiram para a residência de Paulo, onde foram encontradas 28 porções de maconha.

Em seguida, eles foram até a residência do paciente e lá apreenderam 03 porções de maconha idênticas às encontradas com Paulo. Após, rumaram para a residência da frente e a abriram com uma das chaves que estava em poder dele. No interior de tal imóvel foram encontradas 32 porções de maconha, pasta base para cocaína, papel alumínio, papel filme

e eppenfords vazios. Ato contínuo, foram para a residência alugada por Thaiz e Rafael. Tal indivíduo se evadiu pulando o muro e no local foram apreendidos eppendorfs vazios, uma peneira, 13 pedras de crack, 141 porções de cocaína e um liquidificador com resquícios de tal droga.

(...)Nota-se que, além dos indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva aferidos pelo auto de prisão em flagrante em delito (fls. 01/14 autos originais) e pelo laudo pericial (fls. 227/228 autos originais), a apreensão de grande quantidade de drogas em poder do paciente e seus comparsas, bem como o seu histórico criminal demonstram que ele, ao menos em tese, se dedica a atividades criminosas, de modo que sua segregação cautelar é necessária para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal.

(...)No mais, cumpre mencionar que o paciente é reincidente pela prática do crime de tráfico de drogas, com trânsito em julgado para a Defesa em 07 de novembro de 2017 (fls. 192 - execução digital n. 0002478-44.2016.8.26.0026) e praticou o delito quando estava em gozo de liberdade provisória nos autos n. 0002819-76.2018.8.26.0066, no qual ele foi denunciado pela prática do crime de furto qualificado tentado.

Tais circunstâncias condenação anterior pela prática do crime de tráfico de drogas, cometimento do delito quando em cumprimento de liberdade provisória e apreensão de grande quantidade de entorpecentes - indicam que o paciente, ao menos em tese, se dedica a atividades criminosas, revelando a inadequação das medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, além de evidenciar que a prisão preventiva se faz necessária para assegurar a aplicação da lei penal e a ordem pública.

Ademais, trata-se de crime grave, responsável pelo fomento de diversos outros delitos, em especial os delitos contra a vida e ao patrimônio, além de ser a porta de entrada de muitos cidadãos aos vícios em substâncias entorpecentes, causando, também, evidente dano à saúde pública.

Com efeito, "[o] magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal preconiza que a grande quantidade de droga apreendida, entre outros aspectos, justifica a necessidade da custódia cautelar para a preservação da ordem pública. Precedentes" (RHC n. 116.709, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/6/2013, publicado em 23/8/2013).

Além disso, *O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal* (HC 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/5/2015).

Quanto à alegação de inocência do paciente, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTE E CONCURSO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO. CONEXÃO COM OUTRAS FACÇÕES CRIMINOSAS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. PRESENÇA. NEGATIVA DE COMETIMENTO DO DELITO. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DOS DELITOS. GRAVIDADE DIFERENCIADA DO MODUS OPERANDI EMPREGADO PELA ORGANIZAÇÃO. NECESSIDADE DE INTERROMPER A PRÁTICA REITERADA DE CRIMES PELO GRUPO INVESTIGADO. ACUSADA REINCIDENTE. PRISÃO DOMICILIAR. ART. 318, INCISO V, DO CPP. INCOMPATIBILIDADE DO BENEFÍCIO COM A PERICULOSIDADE SOCIAL DA PACIENTE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

(...).

3. A análise acerca da negativa de cometimento do delito é questão que não pode ser dirimida em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas a serem produzidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita.

(...).

9. *Habeas corpus* não conhecido. (HC 367.698/SC, Rel. Min. JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 13/12/2016, DJe de 1º/2/2017)

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator